

## Cepel/2012

# Mais uma vez, Cepel demonstra descaso em relação aos(as) trabalhadores(as)

Não é a primeira vez que o Cepel descumpra uma agenda definida pela própria empresa e caminha na contramão das demais empresas do Setor Elétrica, que já estão à frente no que diz respeito à discussão do Plano de Cargos e Remunerações.

A direção do Sintergia tem cobrado da empresa, mas o Cepel demonstrou mais uma vez que trata com descaso questões de extremo interesse para trabalhadores(as).

Vale lembrar que o SGD é o instrumento que faz rodar o Plano de Cargos e Remunerações do Grupo Eletrobrás. Ao deixar de cumprir seus compromissos, a empresa atrasa todo o processo.

O que o Cepel quer?

Certamente, já alcançou um destaque, só que negativo em relação às outras empresas do Grupo Eletrobrás.

Tornar-se uma exceção, não por excelência, mas por descaso e mesmo desleixo deixa um rastro que atinge também aos trabalhadores que compõem o quadro do Cepel.

A direção do Sintergia sempre procurou o diálogo com todas as empresas em que representa trabalhadores(as) por acreditar que as soluções viabilizadas por este meio evitam desperdícios de tempo e dinheiro e atendem de forma mais breve os interesses imediatos e permanentes de todos — como no caso do PCR.

O Sindicato espera que a direção do Cepel retome (e acelere!) o mais rápido possível o calendário, cumprindo seu compromisso não só diante de trabalhadores(as), mas também de toda a comunidade do Grupo Eletrobrás.

Ser destaque negativo interessa a quem?

Mas o questionamento final é o seguinte:

Quem será beneficiado se o SGD não rodar?

<b>Avaliação</b>	<b>17/2/2012</b>	<b>16/3/2012</b>
<b>Reunião de Feedback</b>	<b>17/2/2012</b>	<b>16/3/2012</b>
<b>Recurso 1º Instância</b>	<b>19/3/2012</b>	<b>23/3/2012</b>
<b>Recurso Última Instância (CMA)</b>	<b>26/3/2012</b>	<b>30/3/2012</b>
<b>Final do Processo</b>	<b>06/04/2012</b>	

# CUT discute com ministro da Fazenda isenção de I.R. na PLR e progressividade na tabela do imposto

A CUT e as demais centrais sindicais se reúnem nesta quarta-feira (21), às 15h00, em Brasília, com o ministro da Fazenda Guido Mantega, para discutir dois itens que constam da pauta dos trabalhadores entregue à presidenta Dilma Rousseff no último dia 14.

Nesta primeira reunião, os dirigentes vão debater duas das reivindicações feitas: 1) isenção de imposto de renda na PLR – Participação sobre Lucros e Resultados; e, 2) progressividade na tabela de imposto de renda.

Na audiência da semana passada, o presidente da CUT, Artur Henrique, lembrou à Dilma que a pauta dos trabalhadores já havia sido entregue ao governo em 2011, porém, nada foi debatido ou encaminhado. Na ocasião, a presidenta determinou que a equipe econômica discutisse com os líderes sindicais alguns dos itens reivindicados.

Segundo Artur, o fim do IR sobre a PLR é uma questão de justiça. Afinal, a taxa não incide sobre os lucros dos empresários. Quanto à progressividade na tabela do imposto de renda, ele argumenta que quem ganha menos tem de pagar menos e, também, que é preciso taxar mais a especulação e desonerar a produção para incentivar investimentos, criação de emprego e renda.

O presidente da CUT lembra que, quan-

do o governo acenou com a desoneração da folha, no lançamento do plano Brasil Maior, a central há havia deixado claro que o objetivo deveria ser aumentar o percentual patronal do INSS das empresas que contratam menos mão de obra para incentivar a contratação nas empresas que contratam mais trabalhadores.

“A segunda preocupação”, disse Artur, “era com relação ao futuro dos recursos da seguridade social”. Ele explicou que, quando o governo desonerou a folha de

setores mais impactados pela crise econômica internacional, se comprometeu a formar um grupo de trabalho cuja tarefa seria avaliar quanto determinada empresa recolhia de INSS quando o percentual patronal era de 20% e quanto

está recolhendo agora. Se o montante for menor o governo garantiu que o Tesouro repassaria a diferença. “Até agora, o GT não foi formalizado e ninguém sabe como andam as contas da Previdência Social. E agora o governo quer ampliar a desoneração”, critica Artur.

Além de Artur, participam da reunião com o ministro da Fazenda, os secretários Vagner Freitas, Administração e Finanças, e Manoel Messias, Relações do Trabalho; e os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, e dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Moreira Leite.

